



PAULO FREIRE E PIERRE FURTER: DIÁLOGOS SOBRE MEDIAÇÃO INTERCULTURAL E DESENVOLVIMENTO HUMANO COMUNITÁRIO

Cristiana Pizarro Madureira

Centro de Educação e Inovação (CI&DEI), Instituto Politécnico de Leiria

Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento (CeiED,
Universidade Lusófona

RESUMO

A mediação intercultural configura amplas perspetivas de intervenção para o desenvolvimento pessoal e social de indivíduos e das comunidades. Partindo de um projeto de mediação intercultural, numa Eurorregião do Norte de Portugal/Galiza, procuramos problematizar este projeto cruzando perspetivas entre as pedagogias de Paulo Freire (1967) e de Pierre Furter (1970). Este projeto contribuiu para a construção de utopias realizáveis, através da criação de espaços de intervenção socioeducativa e com o objetivo de promover uma cultura de convivência pacífica e de bem-estar na, em e para a comunidade.

Paulo Freire (1967) e Pierre Furter (1970) deram um grande contributo para ampliarmos a compreensão do papel da educação no desenvolvimento humano e sustentável das comunidades. Freire (1967) destaca a relevância do método educativo dialógico e apresenta as suas perspetivas de problematização e sensibilização, bem como da leitura crítica do mundo. Furter (1996), por sua vez, propõe uma abordagem educacional baseada na experimentação, na interdisciplinaridade e na conexão entre a teoria e a prática.



Partindo das ideias destes autores, foram analisados os pressupostos deste projeto de mediação intercultural e as atividades desenvolvidas com o objetivo de promover o desenvolvimento humano na, para e da comunidade. Os resultados apontam para a necessidade de concretizarmos os nossos sonhos, as nossas utopias, através de uma pedagogia dos laços sociais, focada no trabalho colaborativo com os agentes comunitários, que permita a abertura à alteridade com utopias comuns sustentáveis, através de uma experiência repleta de diálogo intercultural que seja emancipatória, para que aprendamos a ser pessoas com dignidade numa sociedade de convivência.

PALAVRAS CHAVE:

comunidade; emancipação; humanismo; mediação intercultural; utopias.

RESUMEN

La mediación intercultural configura amplias perspectivas de intervención para el desarrollo personal y social de individuos y comunidades. A partir de un proyecto de mediación intercultural, en una Eurorregión del Norte de Portugal/Galicia, buscamos problematizar este proyecto cruzando perspectivas entre las pedagogías de Paulo Freire (1967) e Pierre Furter (1970). Este proyecto contribuyó a la construcción de utopías realizables, a través de la creación de espacios de intervención socioeducativa y con el objetivo de fomentar una cultura de convivencia pacífica y felicidad en y para la comunidad.

Paulo Freire (1967) y Pierre Furter (1970) hicieron una gran contribución a ampliar la comprensión del papel de la educación en el desarrollo humano y sostenible de las comunidades. Freire (1967) destaca la relevancia del método de educación dialógica y nos introduce en sus técnicas de problematización y sensibilización, así como en la lectura crítica del mundo. Furter (1996), por su parte, propone un enfoque educativo basado en la experimentación, la interdisciplinariedad y la conexión entre teoría y práctica.

Partiendo de las ideas de estos autores, se analizaron los supuestos de este proyecto de mediación intercultural y las actividades desarrolladas con el objetivo de promover el desarrollo humano en, para,



y de la comunidad. Los resultados apuntan a la necesidad de hacer realidad nuestros sueños, nuestras utopías, a través de una pedagogía del vínculo social, centrada en el trabajo colaborativo con agentes comunitarios, que permitan la apertura a la alteridad con utopías comunes sostenibles, a través de una experiencia plena de diálogo intercultural en, para y en la comunidad, que sea emancipadora para que aprendamos a ser personas com dignidad en una sociedad convivenciaL

PALABRAS CLAVE:

comunidad; emancipación; humanismo; mediación intercultural; utopías.

Introdução

Um dos principais desafios da atualidade é a diversidade cultural, sendo necessária a mudança do paradigma social e educativo, criando condições de convivência entre indivíduos de diferentes culturas. Neste sentido, este artigo pretende apresentar um projeto de mediação intercultural desenvolvido numa Escola, numa Eurorregião do Norte de Portugal/Galiza, desenvolvido entre 2016 a 2022. Torrremorell (2008) refere a importância de criar uma cultura de mediação que combata todas as as formas de assimilação, guetização, segregação e exclusão. O projeto de educação intercultural desta Escola situa-se nesta linha e integra a Rede de Escolas de Educação Intercultural (REEI), uma iniciativa conjunta da Direção Geral de Educação (DGE) e do Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI) e a Fundação Aga Khan Portugal (AKF Portugal), criada em 2012. Esta REEI visa criar uma rede de partilha de práticas entre o ensino público e ensino e estabelecimentos de ensino privados e cooperativos, orientados para a educação intercultural. Nesta Escola, este projeto centra-se no pensamento utópico e foi inspirado nos fundamentos epistemológicos e pedagógicos de Paulo Freire e Pierre Furter (1970, 1990). Como afirma Furter, “o pensamento contemporâneo sobre a educação tem de ir além do que já é conhecido e alimentar-se do pensamento utópico, que se expressa “através da capacidade não só de pensar o futuro no presente, mas também de organizar o presente de uma forma que nos permite agir neste futuro” (1970, p. 7).



Paulo Freire coloca em cima da mesa a pedagogia que liberta, ou seja, uma pedagogia que promove a formação humana integral, dialogante, ativa e participativa com pessoas e para pessoas. Cruzaremos o olhar dos referidos pedagogos para ampliar a compreensão da importância de desenvolvemos no nosso quotidiano, utopias que concretizem experiências e convivências de mediação intercultural, de modo a contribuirmos para o desenvolvimento humano das comunidades numa sociedade convivencial.

Mediação intercultural e desenvolvimento humano das comunidades

A sociedade em que vivemos tornou-se cada vez mais diversificada ao longo dos tempos, o que levou ao surgimento de uma sociedade multicultural em que é importante promover a coexistência entre culturas no sentido de uma sociedade convivencial (Madureira, Viché e Herrnaiz, 2024).

Assim, importa também realçar a importância de se avançar no sentido da concretização do Objetivo de Desenvolvimento Comunitário (ODS) 4: “garantir o acesso a uma educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”. Através do cumprimento deste ODS procuramos “garantir uma educação inclusiva e de qualidade para todos; promover a aprendizagem ao longo da vida. Eliminar as disparidades de género na educação; garantir que todas as raparigas e rapazes têm acesso a cuidados e desenvolvimento de qualidade na primeira infância; garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação para os mais vulneráveis, incluindo pessoas com deficiência, povos indígenas e crianças em situações vulneráveis”.

A globalização e consequentemente a facilidade de circulação e o aumento dos fluxos migratórios contribuíram para um maior encontro cultural no mundo. Assumir a escola como um microcosmos da sociedade é aceitar que ela constitui um lugar de proximidade humana. A diversidade cultural presente nas escolas torna cada vez mais importante aprender a conviver com o “Outro” e aprender sobre e com o “Outro”, alicerçando as práticas e políticas educativas num modelo de convivência, e não de coexistência. Segundo a UNESCO (2005), a educação intercultural surge como resposta a



este desafio de proporcionar uma educação de qualidade para todos. A educação intercultural visa “desenvolver capacidades de interação e comunicação, num mundo em mudança e culturalmente diverso” (Madureira, 2022, p. 75), promovendo a participação na interação social, gerando identidade e um sentimento de pertença comum à humanidade. Na realçaõ de proximidade humana, pautada por encontros e (des)encontros de pessoas e culturas, têm sido criados e desenvolvidos cada vez mais projetos de mediação intercultural que rompem com as ideias clássicas do assimilacionismo e do integracionismo, ou seja, que promovem experiências concretas de cidadania no exercício de práticas de interculturalidade.

São vários os desafios que os agentes educativos enfrentam em relação à educação intercultural, nomeadamente: a promoção do diálogo intercultural e a necessidade de desenvolver uma mudança na própria estrutura e organização das instituições de ensino, que permita aos alunos ter igualdade de oportunidades para alcançar o sucesso académico. É, por isso, urgente concretizar utopias no quotidiano através do desenvolvimento de projetos que contribuam para a formação de pessoas responsáveis, autónomas, solidárias, que conheçam e exerçam os seus direitos e deveres no diálogo e no respeito pelos outros, com atitude cívica, democrático, pluralista, crítico e criativo. Na década de 2000, com o crescente fluxo migratório na sociedade contemporânea, as escolas do meio rural, para além das urbanas, começaram a receber esta crescente e riquíssima diversidade cultural. Assim, foi (e é) necessário todo um caminho a nível legislativo e regulamentar para mudar o paradigma vigente, esencialmente monocultural para um paradigma multi/intercultural. Ou seja, conseguir criar as condições necessárias à implementação de novos projetos nas escolas em colaboração com outros técnicos e/ou instituições, promovendo o trabalho em rede com todos os agentes educativos de um determinado território educativo. É neste contexto que se insere o projeto de mediação intercultural desenvolvido numa Escola em Portugal, com o objetivo de promover o desenvolvimento de competências de comunicação entre pessoas de diferentes culturas, promovendo assim a importância da implementação e aquisição de comportamentos e modos de ser. e ser inclusivo, consolidando uma sociedade de convivência. Este conceito prevê ainda a participação e inclusão de todos os alunos,



valorizando a sua cultura e identidade para que tenham acesso à igualdade de oportunidades, bem como garantindo o respeito, a justiça e o bem-estar de toda a comunidade envolvida (Madureira, 2022). Esta Escola integrou o Programa REEI – Rede Escolas para a Educação Intercultural, que defende a Escola como um espaço de experiências onde a interculturalidade é vista como um benefício para e para todos, promovendo a interação, a aproximação e a valorização da diversidade a partir de uma abordagem participativa.

Conforme sublinha a REEI (2020), o seu objetivo é “promover o acolhimento, a inclusão e o sucesso educativo de todas as crianças e jovens, desde o ensino pré-escolar ao secundário, bem como desenvolver o respeito pelas diferenças” e o estabelecimento de relações seguras, saudáveis, pacíficas, democráticas, de interação e aproximação entre os alunos e os outros membros da comunidade educativa” (REEI, 2020, p. 3). Por sua vez, também o Livro Branco sobre o Diálogo Intercultural (2008) que foi lançado a 7 de Maio de 2008, na 118^a reunião de Ministros dos Negócios Estrangeiros, em Estrasburgo, apresentam-se um conjunto de recomendações para ações futuras sobre boas práticas na governação democrática da diversidade cultural, cujas abordagens orientam a cidadania participativa, o ensino e aprendizagem de competências interculturais, a gestão de espaços de diálogo intercultural. Ou seja, a REEI na sua concepção centra-se neste documento de referência, dando-lhe sentido, atribuindo-lhe maior significado à medida que passa da concepção teórica à operacionalização de práticas pautada pelo diálogo intercultural.

O Livro Branco sobre o Diálogo Intercultural (2008) apresenta cinco abordagens à ação política para promover o diálogo intercultural, sendo elas:

1. Governação democrática da diversidade cultural, que considera que os direitos humanos são para todos e que cada pessoa tem o seu lugar, as suas oportunidades e a sua forma de participação, para os quais deve haver tolerância, não discriminação e respeito mútuo, permitindo um equilíbrio que garante o tratamento adequado e equitativo das pessoas.



2. Cidadania e participação democrática, onde todas as pessoas são cidadãos iguais e, por isso, têm o mesmo direito e responsabilidade de participar.

3. Aprendizagem e ensino de competências interculturais, que defende que as competências necessárias ao diálogo intercultural resultam da educação para a cidadania democrática, com um processo de ensino-aprendizagem subjacente, cujo resultado global é a coesão social, a compreensão mútua, a solidariedade e o diálogo intercultural.

4. Espaços de diálogo intercultural, onde todos tenham acesso a uma educação intercultural, desenvolvendo um diálogo aberto.

5. O diálogo intercultural nas relações internacionais, para que seja estimulado nos planos macro e micro.

É importante referir que muitos dos desafios enfrentados pela educação intercultural implicam uma mudança de paradigma no contexto social e escolar, o que implica a coconstrução de uma sociedade de convivência (Madureira, Viché e Hernaiz, 2024). A adoção de políticas, centradas numa visão holística da pessoa, visando o sucesso académico, compreendendo o aluno como ser humano autónomo, solidário, responsável e criativo. A Educação Intercultural dá respostas à transformação de perspetivas, pois é uma iniciativa que possibilita a transformação das pessoas e, por isso, deve ser continuamente ampliada, para aumentar o exercício do diálogo intercultural e da convivência num mundo culturalmente diverso.

Américo Peres realça a necessidade de desenvolver “uma filosofia educativa que construa pontes entre culturas, tendo consciência de que a cultura das culturas está naquilo que nos une e não naquilo que nos separa e que, ao mesmo tempo, faça da educação um espaço de recontextualização para a igualdade, promovendo a coesão social” (2016, p. 60).

Numa análise às pedagogias de Furter e Freire, podemos identificar alguns princípios comuns que nos levam a reafirmar a importância da educação intercultural no desenvolvimento humano nas, das e para as comunidades. Neste sentido, destacam-se os seguintes princípios:



1. Participação e diálogo

Paulo Freire realça a importância de uma relação dialógica entre educador e educando, onde ambos aprendem juntos, problematizando a realidade em que vivem. Pierre Furter (1996) valoriza também o diálogo e a participação ativa dos sujeitos no processo educativo, promovendo uma abordagem colaborativa e cooperativa entre todos. Como referiu Furter (1996), a educação não se apresenta como uma aventura sonhada, nem como uma ilusão utópica, mas como uma utopia que se materializa em o trabalho feito em conjunto. Neste sentido, é importante estar disponível para as novas tarefas que o tempo e a sociedade atual propõem.

Foi nesta linha que se impôs o projecto de educação/mediação intercultural, que foi co-construído com a colaboração de vários agentes educativos. Peres e Lopes (2006) afirmam que “reinventar a cidadania através da participação deve ser o compromisso de cada um para melhorar o nosso destino coletivo”. Ser cidadão significa não ter medo de se comprometer na criação de laços fraternos e solidários. Ser cidadão é assumir uma convivência emancipatória, afetiva e criativa, superando medos e limitações” (pp. 11-12).

2. Partir do contexto de vida e das utopias possíveis

A valorização do contexto em que cada sujeito vive e das utopias leva ao desenvolvimento de uma educação libertadora que Freire (1981) entende como aquela que tem em conta as experiências e os desafios que as comunidades enfrentam.

Furter (1996) realça a importância de uma educação integral que tenha em conta as utopias concretas, não só o aspeto cognitivo, mas também o aspeto emocional, social e ético do desenvolvimento humano.

Estes pedagogos reconhecem a importância de contextualizar o conhecimento na realidade vivida por cada sujeito.



3. Sensibilizar e refletir dialogicamente sobre a ação e na ação

Outro dos princípios defendidos por Freire (1967) e Furter (1996) prende-se com a consciência da nossa vulnerabilidade e com a necessidade de reflexão dialógica sobre a realidade em que vivemos. Freire (1967) defende a consciência como um processo através do qual os indivíduos compreendem criticamente a realidade em que vivem e se comprometem a agir de forma transformadora. Furter (1996) procura também realçar a importância do desenvolvimento de atividades educativas e vivenciais com as pessoas, promovendo o desenvolvimento de competências de pensamento crítico e de autonomia pessoal.

4. Acreditar no potencial da educação para a mudança e transformação social

Freire (1967) acredita na possibilidade de uma sociedade mais justa e igualitária através da educação como prática de liberdade, como preconiza a agenda 2030 com o já referido ODS 4.

Furter (1996) defende ainda uma educação que promova valores de solidariedade, responsabilidade social e justiça, contribuindo para a construção de uma sociedade mais harmoniosa e sustentável.

Em síntese, as pedagogias de Paulo Freire (1967) e Pierre Furter (1970, 1996) partilham o compromisso com uma abordagem humanista da educação, que valoriza a participação, o diálogo, a consciencialização e o empoderamento dos indivíduos e das comunidades, de forma a transformar o mundo em que vivemos. Embora possam diferir em certos aspectos metodológicos e conceptuais, ambos oferecem contributos significativos para a compreensão da relação entre a educação e o desenvolvimento humano nas comunidades.

Uma experiência de interculturalidade através do recurso ao digital

Com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento humano das, nas e para as comunidades, foram coconstruídos e integrados vídeos num canal do YouTube,

<https://www.youtube.com/channel/UCwXnYRyPTkGtTrV1uTOBVnA>, a fim de desenvolver práticas educativas promotoras da reflexão, diálogo, problematizadoras e libertadoras. Neste sentido,



foram desenvolvidas atividades individuais e de grupo, baseadas em questões individuais e coletivas, numa perspetiva de pedagogia da pergunta, e não de pedagogia da resposta (Freire & Faundez, 1985). Assim, foram promovidas atividades dentro de uma conceção problematizadora e libertadora da educação (Freire, 2006).

Dos 39 vídeos, destaca-se o vídeo “Aprendizagem em tempos de pandemia: práticas de mediação numa escola inclusiva”,

<https://www.youtube.com/watch?v=hsgdEWfHCmw&list=UULFwXnYRyPTkGtTrV1uTOBVnA&index=1>, que relata as estratégias utilizadas para interagir com os alunos, acompanhar o seu quotidiano mesmo remotamente, em tempos de pandemia, de forma a manter a ligação, promover o diálogo, reforçar a interação, a abertura e a criação de pontes entre a escola e o aluno/casa/família. Para tal, o gabinete de mediação criou e implementou medidas de apoio neste projeto “paternidade + e interculturalidade”: ao nível do apoio digital (criação de conteúdos/jogos em sessões online); Através de sessões síncronas, promoveu-se um workshop de escrita criativa, aulas de português, aulas de yoga/meditação e de relaxamento, de forma a valorizar o diálogo e o silêncio; visitas domiciliárias (verificou as necessidades de cada pessoa, ajudando-as a promover o sucesso académico; utilizou-se também a “caixa de afetos” para promover o vínculo familiar, levando os pais a refletirem sobre o que precisam de fazer para melhorar a relação/dinâmica familiar); Forneceram-se os materiais necessários à realização das tarefas solicitadas (ex. mandala, construção de materiais para o desenvolvimento de competências linguísticas e de comunicação, desenvolvimento de competências socioemocionais, envolvendo pais e filhos na realização de atividades; a nível social, forneceram foram entregues kits de alimentos, roupa e brinquedos; kits educativos criado pelo próprio gabinete de mediação, com o objetivo de trabalhar e desenvolver competências: “aprender a conhecer”, “aprender a fazer”, “aprender e reaprender a viver” e “aprender a ser”, de forma a utilizar o aprender para ser melhores cidadãos, utilizando a pedagogia do vínculo, e contribuindo assim para uma educação problematizadora (Freire, 2006; Furter, 1996) que contribui para a renovação e transformação das pessoas. Assim, através de práticas lúdico-pedagógicas, pudemos perspetivar



práticas de mediação intercultural, nomeadamente, a promoção do diálogo, o reforço de ligações e a criação de pontes entre a escola e o aluno/família, abrindo canais de comunicação e interação positiva entre a escola e o aluno/família, deslocando-se caso deixe de conhecer as necessidades dos outros e satisfazê-las, aculturação (aluno-professor e vice-versa); educação não formal (“aprender a conhecer”, “aprender a fazer”, “aprender e reaprender a viver juntos” e “aprender a ser”, de forma a utilizar a aprendizagem para sermos melhores cidadãos, utilizando a pedagogia do vínculo, renovar e transformar as pessoas – uma mediação intercultural transformadora, aprendendo a viver em paz com os outros, valorizando o que cada pessoa é, fazendo com que os outros se sintam valorizados e parte de todo o processo e, acima de tudo, demonstrando interesse pela realidade e pelas necessidades. Viu-se que com pequenas dinâmicas lúdico-pedagógicas é possível abrir o diálogo, valorizar diferentes saberes e culturas, “valorizar-se como pessoa”, adaptar-se a diferentes estilos e ritmos de aprendizagem, adaptando estratégias de aprendizagem, com o fim de abranger todos e fazer com que todos se sintam incluídos e valorizados. As estratégias adotadas visaram sobretudo promover a capacidade de comunicação entre pessoas de diferentes culturas e uma maior interação social, aproximando as pessoas, promovendo a criação de identidades e um sentimento de pertença comum à humanidade, assente num modelo de convivência. Neste projeto de mediação intercultural “não deixamos nenhuma família para trás”, ou seja, valorizamos “cada um deles”. A mediação intercultural é também que a valorização do potencial, do conhecimento e da cultura de cada pessoa implica o reconhecimento do outro, permitindo que os protagonistas se envolvam, melhorem as suas condições de vida, promovam a sua integração e aprofundem relações sociais positivas. problemas em contextos multiculturais. Procurando gerir desafios, estabelecer pontes, diálogos e propostas essencialmente para resolver problemas numa lógica de igualdade e eliminação de barreiras. E foi exactamente isso que o gabinete de mediação fez, atendeu às necessidades de cada pessoa, ajudou-as a satisfazê-las, valorizou-as, promovendo competências sociais e também parentais, promovendo a aprendizagem para a convivência pacífica.



Desafios futuros para a educação intercultural

Os desafios futuros da educação intercultural detalhados a seguir baseiam-se na ideia de que não existe uma educação neutra (Freire, 1967), pois todas as atividades são certamente atos políticos, de transformação através do envolvimento através da participação das pessoas, num processo de humanização que não posso deixar ninguém para trás. Freire diz-nos que “estar no mundo (...) sem politizar não é possível” (2008, p. 58).

Assim sendo, esta proposta foi inspirada nos contributos de Freire e Furter e procura contribuir para o desenvolvimento humano, guiando-se pelos 5 pilares dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Pessoas, Planeta, Parcerias, Paz e Prosperidade:

1. Pessoas - desenvolver uma relação dialógica (Freire, 1967) e a educação como prática de liberdade (Freire, 1967) em que as instituições educativas e sociais são locais de igualdade de oportunidades, que incentivam o diálogo intercultural e promovem a inclusão através do intercâmbio de culturas e práticas educativas. Freire (2006) acrescenta que “mas não há diálogo se não houver um amor profundo pelo mundo e pelos homens. Não é possível pronunciar o mundo, que é um ato de criação e recriação, se não houver amor que o infunda. Sendo fundamento do diálogo, o amor é também diálogo” (pp. 91-92).

Por sua vez, Furter (1996) coloca também as pessoas no centro da ação educativa, pois só assim poderemos contribuir para o desenvolvimento humano.

2. Planeta - promover práticas educativas emancipatórias em que a educação constitua um bem comum global, garantindo uma cooperação mais equitativa entre todos. É cada vez mais claro que, para superar as injustiças do passado e transformar o futuro, é necessária uma maior responsabilidade colectiva global pela educação.

3. Parcerias (alianças) – dar total disponibilidade ao locutor, “escutar, no sentido aqui discutido, significa disponibilidade permanente por parte do sujeito ouvinte para estar aberto ao discurso do outro, ao gesto do outro, às diferenças do outro” (Freire, 2008, p. 119). A comunidade (educativa) constitui um lugar para (re)construir identidades num projeto coletivo, para desenvolver alianças.



Furté contribuiu para a importância da construção de identidades coletivas. Assim, Freire realça também a importância de “reconhecer nos outros (...) o direito de dizer a sua palavra. O seu direito de falar, que corresponde ao nosso dever de os ouvir” (1989, p. 17). Assim sendo, é pertinente sensibilizar para a importância de as pessoas acreditarem na educação transformadora, apostando num ensino que promova a cooperação e a solidariedade entre as instituições comunitárias locais e globais.

Promover práticas educativas experienciais, focadas numa visão humanista, apoiando abordagens inter e transdisciplinares, interculturais e ecológicas dentro e fora da educação formal.

4. Paz - desenvolver práticas de intervenção socioeducativa e intercultural que contribuam para a paz entre os povos, formando pessoas responsáveis, autónomas, solidárias, que conheçam e exerçam os seus direitos e deveres no diálogo e no respeito pelos outros, na cidadania, com espírito democrático, pluralista, crítico e espírito criativo. Só assim serão inclusivos e contribuirão para o desenvolvimento humano comunitário, no sentido de “não deixar ninguém para trás”, como prevê a Agenda 2030.

Como dizia Freire, “(...) ninguém educa ninguém, nem ninguém se educa: os homens educam-se em comunhão, mediada pelo mundo” (2018, p. 96). Com outros, em comunhão, coconstruímos uma identidade coletiva.

5 A prosperidade, a reflexão com ação é a base para uma educação transformadora. Como afirma Freire, se educarmos as crianças tendo em conta os seus próprios saberes, é necessário educar os adultos através de uma discussão problematizadora, formando um homem inquieto, em diálogo permanente com os outros e consigo mesmo no sentido do desenvolvimento humano em, em e das comunidades. Desta forma, através da problematização do mundo tecnológico e pós-moderno, garante-se que o digital nos liga uns aos outros e ao mundo através da construção de conteúdos de acesso aberto, plataformas públicas que promovam a prosperidade, através de uma abordagem participativa de forma dialógica.

Viché (2014) realça a importância do desenvolvimento de práticas pedagógicas em que a utilização da ciberanimação constitua “uma práxis sociocultural de natureza pedagógica que visa melhorar a



qualidade de vida dos cidadãos, através da criação de redes sociais e comunidades de solidariedade, com o objectivo de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. Precisamos de novas estratégias educativas que configurem as tecnologias digitais como uma força de solidariedade social, criando um novo paradigma educativo centrado na concretização de utopias concretas, que se mantenha em constante relação com os valores democráticos e as práticas inclusivas e participativas.

Concluindo, destacamos a importância de uma pedagogia digna em que “um dos caminhos para a educação convivial é aumentar as práticas de mediação intercultural. A crescente mobilidade populacional, visível na sociedade global, promove uma grande diversidade de culturas e de identidades, coloca desafios às comunidades e leva ao aparecimento de novas formas de mediação intercultural, o que implica um novo paradigma de intervenção, a que chamaremos paradigma intercultural” (Madureira, Viché e Hernaiz, 2024, p.89).

Este projeto permitiu a toda a comunidade educativa envolvida conhecer a sua identidade e contribuir para a construção de pontes entre culturas, através de uma pedagogia digna, de forma a criar vivências, vivências e identidades coletivas. Esta pedagogia digna assenta numa perspetiva humanista, numa relação de proximidade humana, que integra um coração digno e forte, em pessoas que partilham utopias, sonhos, esperanças e ações transformadoras e emancipatórias para uma sociedade melhor. Cruzando as nossas convicções com os 5 pilares dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, acima apresentados, podemos reafirmar a necessidade de acreditar em - Pessoas, o Planeta, Parcerias, Paz e Prosperidade - pilares centrais na humanização da globalização. No entanto, num processo de educação permanente e ao longo da vida aprendemos a agir perante as incertezas e os desafios do futuro. Desejamos um mundo e uma sociedade melhores, valorizando a diversidade humana e o diálogo intercultural e o poder transformador da educação na emancipação das pessoas e das comunidades, contribuindo para um mundo onde seja “menos difícil amar” (Freire, 2006, p. 213).

Dialogando com Paulo Freire e Pierre Furter pudemos ampliar a compreensão do papel da educação e da mediação intercultural no desenvolvimento humano e comunitário. Acreditamo nas

possibilidades da educação e da mediação intercultural na concretização da utopia que nos leva à construção coletiva de uma sociedade de convivência. Assim, com foco na fé e na esperança, terminamos com a poesia do “Samba da Utopia”, de Jonathan Silva, um hino para os tempos que vivemos:

“Se o mundo ficar pesado
Eu vou pedir emprestado
A palavra **POESIA**
Se o mundo emburrer
Eu vou rezar pra chover
A palavra **SABEDORIA**
Se o mundo andar pra trás
Vou escrever num cartaz
A palavra **REBELDIA**
Se a gente desanimar
Eu vou colher no pomar
A palavra **TEIMOSIA**
Se acontecer afinal
De entrar em nosso quintal
A palavra tirania
Pegue o tambor e o ganza
Vamos pra rua gritar
A palavra **UTOPIA**”.



REFERÊNCIAS

- ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES, I.P. Direção-Geral de Educação & Fundação Aga Khan Portugal. (2020). REEI – Rede de Escolas para a Educação Intercultural. Termos de Referência. Alto Comissariado para as Migrações, I.P. Direção-Geral de Educação & Fundação Aga Khan Portugal.
- CONSELHO DA EUROPA (2008). Livro Branco sobre o Diálogo Intercultural “Viver Juntos em Igual Dignidade”, traduzida para Português por Centro Norte-Sul do Conselho da Europa.
- FREIRE, P. (1967). Educação como prática da liberdade. Paz e Terra.
- FREIRE, P. (1981). Ação cultural para liberdade: e outros escritos. Paz e Terra.
- FREIRE, P. (1989). A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. Cortez.
- FREIRE, P. (1992). Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Paz e Terra.
- FREIRE, P. (1995). À Sombra Desta Mangueira. Olho D'Água.
- FREIRE, P. (2006). Pedagogia do Oprimido. Paz e Terra.
- FREIRE, P. (2008). Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. Paz e Terra.
- FREIRE, P. & FAUNDEZ, A. (1985). Por uma Pedagogia da Pergunta. Paz e Terra.
- FURTER, P. (1996) Educación Y Vida. Editorial Magisterio del Río de la Plata.
- FURTER, P. (1970). Educação e reflexão. Editora Vozes.
- MADUREIRA, C. VICHÉ, M. & HERNAIZ, N. (2024). Pedagogia de la dignidade, caminos para una sociedad convivencial. LULU.
- MADUREIRA, C. (2022). Projeto de escola intercultural – Desafios da Rede de Escolas para a Educação intercultural, Em Joana Baía; José Dantas & Lopes, Marcelino (coords.) (2022). Educação, Inclusão e Diversidade. Chaves: Intervenção – Associação para a promoção e divulgação cultural, pp. 73-80.



PERES, A. N. (2016). Educação Intercultural e Mediação Sociopedagógica. In Vieira, R., Marques, J., Silva, P., VIEIRA, A., e MARGARIDO, C. (Orgs.) (2016). *Pedagogias de Mediação Intercultural e Intervenção Social* (pp. 57-72). Edições Afrontamento.

PERES, A. N. e LOPES, M. S. L. (2006). Introdução. In A. N. Peres e M. S. Lopes (Coords) (2006). *Animação, Cidadania e Participação* (9-12). Chaves: Associação Portuguesa de Animação e Pedagogia (APAP).

TORREMORELL, M. C. (2008). *Cultura de Mediação e Mudança Social*. Porto Editora.

VICHÉ, M. (2014). Ciberanimação. LULU.COM